

Reitores recusam-se a apresentar proposta salarial

Fórum das Seis aprova indicativo de paralisação para quarta-feira, 17/5

O Fórum das Seis reuniu-se em 11/5 com o Cruesp para discutir a pauta salarial de docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp. Na abertura, o Fórum das Seis propôs que antes da reunião terminasse fosse estabelecido um cronograma para debate do restante da pauta, bem como um espaço para esclarecimento de dúvidas acerca das providências do Cruesp em relação a questões como os Hospitais Universitários, o desconto da habitação antes do repasse para as universidades, as propostas relativas aos aposentados e o Decreto nº 48.034/03, que isenta de ICMS as compras realizadas pelo Estado, suas fundações e autarquias. O Fórum propôs passar a discutir imediatamente a proposta dos reitores para nossas reivindicações salariais.

Para surpresa do Fórum das Seis, pois nossa pauta havia sido entregue há mais de um mês, os reitores declararam não ter proposta salarial para apresentar naquele momento e que preferiam discutir a conjuntura econômica e as restrições orçamentárias sofridas pelas universidades.

Os representantes do Fórum registraram que este debate já havia sido realizado no dia anterior com as assessorias técnicas das reitorias e que era hora de discutir propostas concretas do Cruesp.

Durante algum tempo, os reitores da Unesp e da Unicamp repetiram alegações de dificuldades sofridas em 2005. Sobre este aspecto é importante registrar que as dificuldades vividas hoje por estas universidades eram completamente previsíveis e exigiam providências concretas por parte de suas administrações, reivindicando de fato um aumento efetivo do investimento nas estaduais paulistas, há anos defendido pelo Fórum das Seis. Se estas providências tivessem sido tomadas, evitar-se-ia o recurso de financiar a operação da universidade através do archo de salários, um método perverso de “resolver” o problema de fluxo de caixa dessas instituições.

Recesso

A presidente do Cruesp, professora Suely Vilela, propôs um recesso, para que os reitores discutissem a possível apresentação de proposta salarial, prontamente



O 1º vice-presidente da Adusp, Francisco Miraglia, cumprimenta a reitora Suely Vilela

aceito pelo Fórum. Após um intervalo de cerca de 30 minutos, os reitores voltaram com a mesma posição anterior: nenhuma proposta seria apresentada naquela reunião (11/5), marcando nova reunião para quarta-feira, dia 17/5, às 15 horas na Reitoria da USP.

Nossa análise da conjuntura política e econômica indica que há espaço e condições para negociação efetiva das nossas

reivindicações. Nesta hora, nossa mobilização é crucial!

Após a reunião com o Cruesp, e tendo em vista a gravidade do fato ocorrido, o Fórum das Seis decidiu apresentar às assembleias de categoria a serem realizadas entre sexta-feira, 12/5 e terça-feira, 16/5, as seguintes propostas:

- 1) Indicativo de paralisação para quarta-feira, 17/5;
- 2) Ato conjunto na Reitoria

da USP, quarta-feira, 17/5, a partir das 14 horas, para acompanhar a reunião com o Cruesp;

3) Lembrar todas as entidades do Fórum sobre a importância da nossa participação nas audiências públicas sobre a LDO e a LO, em particular nas que serão realizadas na semana de 16 a 20/5. O cronograma das audiências já foi enviado a todas as entidades pela coordenação (veja site da Adusp).

Assembléia Geral da Adusp

16 de maio (terça-feira), às 17h, Aud. Abrahão de Moraes (IF)

Pauta: Campanha salarial • Ação do Gatilho

“Hotel USP”, enclave bancário e arrocho salarial

A Folha de S. Paulo informou, em sua edição de 12/5, que a USP “vai construir um hotel com 150 vagas e um centro de convenções dentro da Cidade Universitária”, para “atender à demanda de professores, visitantes e conferencistas que passam pela universidade e para atender as empresas instaladas no eixo da marginal Pinheiros”.

Ainda de acordo com o jornal, o hotel terá categoria três estrelas, 120 apartamentos e 30 suítes, “com diárias girando em torno de R\$ 100, com

a possibilidade de uma expansão para mais 80 a cem vagas, de acordo com a procura”.

Contará com três auditórios, “salas divididas em módulos e uma somente para videoconferência, lanchonetes e estacionamento, com três pavimentos acima do solo”. A obra do centro de convenções terminaria em até três anos. “Além de receber eventos da própria USP, o centro de convenções poderá abrigar eventos privados”, acrescenta a reportagem, informando que foi reservada área de 8.000 m² para o estacionamento.

Financiamento por PPP?

A Folha ouviu o coordenador de espaço físico da USP, professor João Cyro André, que declarou não haver definição, ainda, de como se dará o financiamento da obra e o gerenciamento do complexo. Mas, segundo o jornal, “os estudos já indicaram que tanto o centro de convenções quanto o hotel são viáveis”.

O jornal informou que o mais provável é que a USP elabore “um modelo de PPP (parcerias público-privadas), já utilizado pelo governo do

Estado”, para financiar o projeto, ofertando-o à iniciativa privada, que reteria uma parte do lucro, “mas com garantias jurídicas para que a USP mantenha controle sobre o fluxo financeiro do empreendimento”.

Assim, após a recente criação de um formidável enclave bancário na USP, a Reitoria parece pretender a ampliação dos espaços privados no campus da capital, com a edificação de um hotel e de um centro de convenções cujos “estudos”, levados a cabo à revelia da comunidade uni-

versitária, parecem indicar ser empreendimento “viável” — para, como vimos, “atender as empresas instaladas no eixo da marginal Pinheiros” e “abrigar eventos privados”.

A idéia de concretizar o projeto por intermédio de uma PPP agrava as coisas: basta ver como a concessão de rodovias estaduais tornou-se um formidável negócio — para os consórcios de empreiteiras.

Enquanto isso, o Cruesp comunica ao Fórum das Seis que... não tem proposta salarial a fazer!

Governador extingue 1.567 cargos de professor assistente e cria 1.900 cargos de professor doutor

O governador do Estado, Cláudio Lembo (PFL), enviou à Assembleia Legislativa, em 4/5, o Projeto de Lei Complementar 32/2006, que cria 1.900 cargos de professor doutor (MS3) no quadro de pessoal docente da USP e extingue 1.567 cargos de professor assistente (MS2) desse mesmo quadro. O PLC prevê que os “cargos atualmente providos de professor assistente serão extintos na vacância”.

Na justificativa do PLC, o governador explica que a medida “decorre de proposta a mim formulada pela Reitoria da USP, por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, consolidando o resultado de estudos promovidos no âmbito daquela Autarquia”.

A mensagem do governador informa ainda que “até 1988 o nível inicial da carreira docente na USP

correspondia ao cargo de professor assistente”, mas, após a reforma do Estatuto em 1988, “o patamar inicial da carreira passou a ser o de professor doutor”. Assim, “a USP conta, atualmente, com 1.567 cargos de professor assistente não providos, tendo em vista a não-realização de concursos públicos e a aposentadoria dos ocupantes desses cargos ou a sua progressão na carreira, circunstância que recomenda a extinção dos cargos em apreço”.

Quanto à criação de um número maior de cargos de professor doutor, Lembo observa que “a necessidade de promoção de concursos públicos de ingresso na carreira docente e as demandas geradas pelos programas de expansão de vagas no ensino superior, em especial na USP-Leste, justificam plenamente a criação dos cargos de professor doutor”.

Sem comemorações

Embora seja importante a criação de 1.900 cargos de professor doutor, não há propriamente motivos para comemorar-se a extinção dos cargos de professor assistente. A Adusp considera que o ingresso, no quadro docente da USP, de professores que possuam apenas o mestrado é proveitoso para a Universidade. Sem a restrição imposta pelo Estatuto em 1988, os docentes ingressavam na USP mais jovens. Hoje, decorridos quase 20 anos da reforma do Estatuto, a média de idade é superior a 50 anos.

O ingresso na carreira da USP como professor assistente fortaleceria um processo de reprodução de quadros que é fundamental para a qualificação da docência. Ao contrário, garantir o ingresso exclusivamente de doutores é privilegiar a pesquisa em detrimento da docência e da extensão.

TJ mantém Ramires afastado da direção do InCor

Docente recorrerá ao STF e ao STJ para reverter decisão

O Tribunal de Justiça (TJ) indeferiu, em 3/5, o recurso do professor José Franchini Ramires para retornar ao cargo de diretor-geral do Instituto do Coração (InCor). Agora, o docente recorrerá, segundo seu advogado, ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para derrubar a decisão do TJ.

O docente, que integra os quadros da Faculdade de Medicina, fôra afastado do cargo por decisão do Conselho Deliberativo do Hospital das Clínicas (HC), responsável pelo InCor, em dezembro de 2005, mas conseguiu uma liminar da 7ª Vara da Fazenda Pública que assegurou sua permanência na direção.

Em março de 2006, o desembargador Celso Limongi, presidente do TJ, acolheu mandado de segurança impetrado pelo HC, e novamente Ramires foi afastado. Por isso, ele havia ingressado

com um recurso no TJ para que a decisão fosse revista.

Espera

Para encaminhar ao STF e ao STJ os novos recursos, o advogado do professor Ramires, Paulo Bonadies, diz que apenas aguarda a publicação da sentença no *Diário Oficial do Estado*. A assessoria de imprensa do HC não atendeu as chamadas telefônicas feitas pela reportagem em 12/5, data do fechamento desta edição.

Em resposta a perguntas enviadas pelo *Informativo Adusp* antes da sentença do TJ, a direção do HC diz que a destituição do professor Ramires do cargo de presidente do InCor deve-se à “desarmonia” ocorrida entre ele e o Conselho Deliberativo do HC. Já o docente argumenta que os membros do Conselho têm a “aspiração política” de controlar as finanças da Fundação Zerbini, responsável pela administração dos recursos do InCor.

A centralidade da luta na LDO

O Executivo enviou para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), no final de abril, a sua proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 (LDO/07). O artigo 4º da LDO/07 contém as disposições sobre as dotações para as universidades estaduais. No *caput*, permanecem os 9,57% da Quota Parte do Estado do ICMS (QPE), e no parágrafo 4º estipula-se que as despesas para incorporação da Engenharia Química de Lorena (Faenquil) pela USP e das Medicinas de Marília e São José do Rio Preto pela Unesp não estão incluídas no percentual do *caput*, sem contudo fixar os números correspondentes a estas incorporações.

Segundo informações da assessoria do Cruesp, fornecidas na reunião técnica de 10/5, o investimento necessário para manutenção, em regime constante, das expansões já realizadas é de 0,18% da QPE na USP, 0,13% da QPE na UNESP e 0,022% da QPE na Unicamp, sem contar o investimento necessário para manutenção do campus de Limeira da Unicamp, que corresponderia a mais 0,05% da QPE. Assim, só para a manutenção adequada da expansão já realizada seriam necessários 0,34% a mais que os atuais 9,57%, isto é, 9,91% da QPE.

Para as incorporações, serão necessários, segundo estudo do Cruesp, 0,07% da QPE para Faenquil e 0,21% para as faculdades de Medicina de Marília e São José do Rio Preto, totalizando 0,28% a mais da QPE. Segundo declarações das assessorias na reunião de 10/5, reiterada pelos reitores em 11/5, as incorporações e a instalação do campus de Limeira serão feitas se — e somente se — os recursos adicionais necessários forem empenhados, o que não consta da proposta do Executivo para a LDO/07.

Somando-se o total necessário para a manutenção da expansão já realizada, com o das incorporações, chegamos a 10,24% da QPE.

Entretanto, este número não dá conta da manutenção adequada da capacidade instalada antes da expansão e das possíveis incorporações. É aquilo a que temos assistido repetidas vezes nos últimos anos: propostas de arrocho de salários para poder fechar as contas das universidades, especialmente Unicamp e Unesp. É imperioso, portanto, obtermos aumentos significativos do investimento do Estado no ensino superior público, que possam contemplar a manutenção da capacidade instalada, e garantir expansões e incorporações de qualidade, mantendo o tripé fundamental de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, é muito importante que as universidades estaduais possam manter programas adequados de permanência estudantil, bem como ter espaço orçamentário para o financiamento autônomo da pesquisa, ainda que em níveis inicialmente modestos.

Problemas recorrentes

É a hora de resolver problemas recorrentes como o desconto da habitação antes do cálculo do repasse dos recursos destinados às universidades, de exigir a contribuição do Tesouro para o pagamento dos aposentados, sempre mantendo-os na folha das universidades, de exigir a contribuição do Tesouro para manutenção de uma parte dos Hospitais Universitários. Educação, Saúde, Habitação e Previdência são direitos sociais e, conseqüentemente, obrigações do Estado. Só governos perversos utilizam-se da tramóia de financiar direitos sociais via arrocho de salários, ou tirando da Educação e da Saúde para financiar

a Previdência e a Habitação, só para citar dois exemplos concretos do que tem ocorrido em São Paulo e no país. Enquanto isso, correm soltas a corrupção, a sonegação e a evasão fiscal consentida pelo próprio governo, uma violência contra os serviços públicos e direitos sociais fundamentais de cidadania.

Neste embate, nossa experiência histórica mostra que não tem sido possível contar com a colaboração efetiva das administrações das universidades, mas isto precisa mudar! Durante a reunião com o Cruesp (11/5), quando os reitores não apresentaram proposta salarial, o Fórum das Seis reiterou, como tem feito há anos, a responsabilidade do Cruesp em fazer face à situação, defendendo veementemente a necessidade do aumento de investimento na Educação como um todo e de pensar as universidades estaduais como um sistema, abandonando a subserviência que muitas vezes tem caracterizado o comportamento destas administrações frente ao governo do Estado.

Neste quadro, a reivindicação histórica do Fórum das Seis de 11,6% da QPE para as universidades mostra-se, mais uma vez, adequada. Consideramos também essencial, dado o estado de calamidade que assola as escolas técnicas estaduais, as Fatecs e os ensinos fundamental e médio, a luta pela destinação de 2,1% da QPE para o Centro Paula Souza e a passagem de 30% para 33% da receita de impostos para a Educação Pública em geral.

Temos um papel central a cumprir: pressionar o Executivo e os deputados para que atendam essas reivindicações, que defendem a Educação pública e, portanto, o interesse da maioria da população. Como trabalhadores e estudantes em universidades públicas, concebemos esta

CUMPRIMENTO DA AÇÃO DO GATILHO

Continuamos aguardando que a Reitoria convoque nova reunião exclusiva com a Adusp sobre o assunto, conforme prometido

Venha discutir os rumos da Educação Básica no Estado de São Paulo

Mesa Redonda

“A crise da Educação Básica no Estado de São Paulo”

Composição: Apeoesp, Sinpeem, Sinteps, um representante das entidades Apase/Sinesp e um representante das entidades Ubes/Upes

Dia 18 de maio 2006 • 17h00

Sede Central da Apeoesp
(Pça da República, 282, Centro, São Paulo)

Compareça!

Comitê em Defesa da Escola Pública

(Adusp, Adunifesp, Ande, Apase, Apeoesp, APG-USP, CPP, DCE-Livre USP, Fórum de EJA-SP, Sinesp, Sinpeem, Sinteps, Sintusp, Ubes e Upes)

luta como parte de nossas obrigações para com a sociedade. E, cabe lembrar, o ano eleitoral é um momento privilegiado para pressionar o Executivo e o Legislativo.

Nossa mobilização e organização é que poderá levar este embate a bom termo. A partir da Assembléia Geral da Adusp de 16/5, e da próxima reunião do Fórum

das Seis, devemos constituir uma Comissão de Coordenação da nossa atividade no Legislativo, registrando nossa presença, a urgência do encaminhamento de soluções para os graves problemas da Educação Pública e a defesa da aprovação do Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista, em tramitação na Alesp desde 2003.

Eleições para o Sindicato Nacional em 16 e 17/5

Nova diretoria do Andes enfrentará conjuntura difícil, analisa Paulo Rizzo

O professor Paulo Rizzo, candidato a presidente do Andes-SN nas eleições de 16 e 17/5, acredita que a próxima gestão da entidade enfrentará um período “muito difícil, sobretudo para as universidades públicas e para os professores”, diante da iminência de reformas que certamente agravarão os problemas que já afetam negativamente o ensino no Brasil e o trabalho docente.

“A conjuntura não será fácil, seja internamente à universidade, seja nacionalmente”, declara o professor Rizzo, que é docente da Universidade Federal de Santa Catarina e candidato pela Chapa 1, Andes Autônoma e Democrática. Atual 1º vice-presidente nacional do Andes-SN, ele concedeu entrevista ao *Informativo Adusp* durante sua passagem por São Paulo, em 9/5, quando visitou a Adusp.

Uma das prioridades do Andes-SN será combater a precarização cada vez maior do trabalho docente, algo do qual a USP não está livre. “Nas federais, cerca de 30% dos professores têm contrato precário”, afirma o professor. Nas IES estaduais, diz, há situações diferentes em cada unidade da federação, ao passo que nas instituições privadas a precarização é cada vez maior.

Freqüentemente, denuncia o candidato à presidência do Andes-SN, docentes das IES privadas são demitidos simplesmente por participarem do movimento sindical. Embora posteriormente consigam a reintegração ao cargo por decisão judicial, enquanto aguardam, os professores perseguidos amargam o desemprego e sobrevivem a duras penas. Uma das propostas da Chapa 1 é fortalecer instrumentos de apoio aos dirigentes sindicais de IES privadas, como o fundo de solidariedade, o qual fornece recursos para os demitidos e deve

ser regulamentado no próximo Conad.

“Ao mesmo tempo, temos que enfrentar os processos de privatização da universidade, que acentuam a contratação precária”, destaca. Nesse contexto, adverte ele, “a produção de conhecimento vem sendo substituída por uma indiscriminada venda de serviços, principalmente através das fundações ditas de apoio”.

Paralelismo

Segundo as diretrizes aprovadas no Congresso do Andes-SN, as ações antiprivatização devem concentrar-se inicialmente em dois pontos: 1) combate aos cursos pagos, que são inconstitucionais, embora haja pareceres jurídicos que mencionem o contrário; 2) combate aos “cargos duplos”, isto é, ao exercício simultâneo de cargos nas universidades e nas fundações “de apoio”, conforme estabelecido pelos estatutos destas entidades privadas, o que gera conflito de interesses.

No entender do professor Rizzo, o projeto de Reforma Universitária favorece a privatização ao limitar a autonomia da universidade pública, além de não garantir seu financiamento integral por parte do Estado. Outro índice de legitimação dos processos privatizantes seria a Lei de Inovação Tecnológica.

Além disso, aponta o docente, já há consenso entre as elites do país a respeito da realização de uma nova Reforma da Previdência, sem falar numa provável Reforma Trabalhista, as quais retirariam direitos, tornando os trabalhadores, inclusive docentes, ainda mais vulneráveis à precarização. Isso, ressalta, num momento em que os trabalhadores ainda não for-



Professor Paulo Rizzo

maram um pólo de resistência forte a essas mudanças.

Em meio a tantas notícias desfavoráveis, o professor Rizzo diz que há uma boa nova: “a vontade de lutar e a confiança na categoria”, a qual ele conclama a participar do pleito e a continuar na luta depois dele. Embora o fato de haver só uma chapa na disputa possa tornar a eleição monótona, o que está em jogo, pondera ele, é o apoio ao Sindicato Nacional, e não à atual diretoria ou à Chapa 1. Segundo o professor Rizzo, a eleição pode expressar o respaldo da categoria nas lutas que se anunciam.

Integram a Chapa 1 duas associadas da Adusp: a atual 1ª tesoureira da entidade, professora Líghia B. H. Matsushigue (Instituto de Física), que concorre ao cargo de 2ª vice-presidente da Regional São Paulo; e a 2ª secretária, professora Raquel A. Casarotto (Faculdade de Medicina), candidata a 2ª secretária da mesma Regional.

Como a Chapa 2 (Educação e Revolução) não foi homologada pela Comissão Eleitoral Central do Andes-SN (CEC) por não se apresentar completa, a Chapa 1 concorrerá sozinha.

Eleições para o CR serão realizadas nas mesmas datas

As eleições para o Conselho de Representantes (CR) da Adusp vão ocorrer junto com as do Andes, em 16 e 17/5. Urnas estarão abertas na maioria das unidades e na sede da Adusp (9 horas às 21 horas). Serão escolhidos representantes docentes de 33 unidades de ensino e pesquisa da USP, além de suplentes para cinco outras.

O prazo para inscrição dos candidatos do CR encerra-se em 15/5, às 18h, na sede da Adusp (Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, Térreo, Prédio Antigo da Reitoria, São Paulo). O edital da eleição está disponível em <http://www.adusp.org.br/eleicoes/2006/index.htm>.

Entidades que elegerão representantes (33)

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Escola de Educação Física e Esportes
Escola de Enfermagem
Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto
Escola Politécnica
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Faculdade de Ciências Farmacêuticas
Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto
Faculdade de Direito
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Faculdade de Medicina
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto
Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia
Faculdade de Odontologia
Faculdade de Odontologia de Bauru
Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto
Faculdade de Saúde Pública
Hospital Universitário
Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas
Instituto de Ciências Biomédicas
Instituto de Estudos Avançados
Instituto de Estudos Brasileiros
Instituto de Geociências
Instituto de Matemática e Estatística
Instituto de Psicologia
Instituto de Química
Instituto Oceanográfico
Museu de Arqueologia e Etnologia
Museu de Arte Contemporânea
Museu de Zoologia
Museu Paulista

Entidades que elegerão suplentes (5)

Escola de Engenharia de São Carlos – mandato até maio/07
Instituto de C. Matemáticas e de Computação de S. Carlos – mandato até maio/07
Instituto de Eletrotécnica e Energia – mandato até maio/07
Instituto de Física de São Carlos – mandato até maio/07
Instituto de Química de São Carlos – mandato até maio/07